

METÁFORAS NO ACESSO ÀS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO DOCENTE

Claudia Rabello de Castro
CAIE – SMEC – Prefeitura de Saquarema – Rio de Janeiro/Brasil
claudiarcastro@hotmail.com

Monica Rabello de Castro
Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro/Brasil
rabbellomonica@uol.com.br



Resumo

O presente estudo discute a articulação entre a teoria das representações sociais e a análise do discurso retórico, com ênfase no uso das metáforas. Considera-se que o discurso comporta acordos implícitos estabelecidos na comunicação cotidiana e que esses implícitos expressam significados compartilhados entre o sujeito e seus grupos de referência. As metáforas são usadas em conversas cotidianas por seu forte poder de persuasão. Por um lado, o emprego de metáforas tem uma função cognitiva de economia, pois o esforço argumentativo é condensado em uma imagem de fácil e rápido acesso. Por outro, elas produzem certo encantamento estético, pela sensibilização da emoção dos ouvintes no momento da enunciação. Nesse sentido, este estudo discute a análise de metáforas como ferramenta metodológica para acessar representações sociais de grupos específicos, levando em consideração o contexto histórico-político e os determinantes psicossociais da situação de enunciação. Apresentamos um exemplo em que o uso de uma metáfora comum a dois grupos diferentes, professores e coordenação, referem-se a sentidos distintos.

Palavras-chave: Representações sociais do trabalho docente; Retórica; Metáforas.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir uma articulação feita entre a Teoria das Representações Sociais e a Retórica para a análise do trabalho docente. Uma pesquisa realizada em uma pequena cidade do Norte Fluminense teve como sujeitos educadores de uma escola de ensino fundamental. Foram interrogados 5 professores, o coordenador

da escola e o diretor. Os diálogos foram transcritos e analisados segundo essa articulação teórica que apresentamos a seguir.

Aspectos comuns entre a teoria das representações sociais e da argumentação

Moscovici inspirou-se em E. Durkheim para a concepção de sua teoria das representações sociais, porém ele queria especificar um tipo de pensamento que as representações coletivas de Durkheim não contemplavam. Constituídas por representações mais dinâmicas e mais específicas de conjuntos sociais mais complexos, como os que existem em nossas sociedades contemporâneas, as representações de Moscovici não seriam tampouco o que Durkheim chamou de representações individuais. Moscovici considera que nenhum pensamento poderia ser exclusivamente individual, pois todos os pensamentos seriam construídos segundo uma perspectiva sociocognitiva na relação dialética entre o indivíduo e a sociedade. Para o autor, o modo de vida moderno se diferencia dos modos de vida de sociedades menos complexas. A ciência começou a fazer parte das conversas do cotidiano das pessoas, informando suas posições em relação aos objetos sociais, "agora o senso comum é feito em comum com a ciência" (Moscovici, 1984b, 29). Considera que "nós podemos observar uma proliferação de sistemas originais de conceitos e imagens, os quais nascem e envolvem nossos muitos olhos. A maioria deles é científica em sua origem." (Moscovici, 1984a, 953).

Os indivíduos estão expostos hoje a um grande número de informações, muitas vezes contraditórias, o que provoca a necessidade de reavaliar constantemente suas concepções a respeito dos objetos do mundo. Este fato teria como consequência uma transformação mais rápida das representações sociais. As representações sociais constituem-se para o homem moderno numa das vias de apreensão do mundo concreto, elas "determinam o campo de comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos, e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas" (Moscovici, 1978, 51). Elas refletem, portanto, os comportamentos ideais dentro dos valores específicos de cada agrupamento social.

A visão de homem de Moscovici não é a de um ser totalmente determinado por fatores sociais. Para ele, o homem interage e constrói a sociedade.

A linguagem ganha destaque nos trabalhos de Moscovici, em função de as representações sociais se estabelecerem na comunicação através de regras compartilhadas por conjuntos sociais específicos. Alguns autores que estudaram a linguagem observaram que o conhecimento pode ser pensado como resultado da ação de uma “gramática” na pragmática comunicativa (Wittgenstein, 1979; Baktin, 1986). No que diz respeito ao pensamento social, seria relevante se investigar os processos segundo os quais essas gramáticas são construídas. Essas gramáticas poderiam ser pensadas como modos de falar particulares a cada grupo social. Ao contrário do enfoque cartesiano, nas abordagens pragmáticas da linguagem, esta passa a ser vista não como representação, mas como ação (Wittgenstein, 1979). O que se busca não está nem fora nem dentro do sujeito e sim na relação ativa deste com o mundo, nas regras de usos linguísticos, que são constitutivas do sujeito. Qualquer tipo de dualismo é, dessa forma, um pseudoproblema, assim como o são as relações entre o interno e externo, individual e social, mente e corpo ou mesmo entre pensamento e linguagem.

A linguagem passa a ser vista como uma forma de ação sobre o mundo, sendo a realidade e o pensamento constituídos por ela. O pensamento não é um processo que se constrói exclusivamente no plano individual, mas no social e cultural. O homem não é mais associado a nenhuma espécie de essência interna que se contrapõe a um mundo físico externo independente dele, mas é concebido como um ser social. Sua subjetividade, portanto, não vem da natureza e não se pode, por conseguinte, contrapor-se um interno e um externo. Não se pode ainda delimitar uma fronteira clara entre o sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento. A linguagem, vista como ação, não é mais um mero meio de expressão do pensamento para o sujeito poder se comunicar, ela constrói a realidade e é matéria do próprio pensamento.

Billig (1996) propõe que as diferenças entre as representações dos diversos grupos sociais a respeito dos objetos do mundo, que estão disponíveis cada vez mais no cotidiano do homem moderno, promovem no pensamento social dilemas que são solucionados pelos indivíduos a partir da ideologia que cada grupo adota. Nesse sentido, o indivíduo negocia consigo e com outros quais visões adotar e defender. Enfatiza a ligação entre orador e auditório na construção não só das condições de enunciação do discurso retórico, como também na construção de conteúdos comuns. A ligação entre

orador e a audiência repousa sobre mais do que o compartilhamento de formas argumentativas. Ela também comporta um conteúdo comum. Se o orador é identificado com sua audiência, então eles estão enfatizando ligações comuns, primeiramente no meio aos quais estão sendo compartilhadas crenças e valores. O conceito de senso comum (*sensus communis*) poderia contribuir para a discussão sobre conteúdos comuns (Billig, 1996, p. 226).

Mininni (2000) desenvolve a tese de que o discurso gera os procedimentos mentais. A ênfase sobre o discurso como ambiente gerador dos procedimentos mentais vem da consideração, amplamente compartilhada pela comunidade dos psicólogos culturais (Bruner, 1990), de que o empreendimento de atribuir sentido ao mundo e a tudo que nele acontece não pode ser gerenciado individualmente, mas precisa da coordenação dos fins e da negociação posta em jogo, isto é, das operações típicas das interações comunicativas. (...) a experiência do mundo com que a comunidade sociocultural se identifica pode valer somente se (e até que) a comunidade possa dizer-se. Portanto, o discurso tem que ser entendido (...) como prática de co-construção de significados... (Mininni, 2000, p. 308-309)

O discurso, nesse sentido, sempre comporta aspectos retóricos, pois apresenta a defesa das ideias valorizadas pelos grupos. É nessa dimensão argumentativa que os grupos negociam suas versões sobre os eventos. Por exemplo, a história dos *Hippies* foi vivenciada não só por eles próprios, mas foi testemunhada também por outros grupos sociais, como os pais desses adolescentes e jovens. Se pedirmos para estes últimos descreverem o festival do *Woodstock*, certamente suas versões serão bem diferentes das dos seus filhos. Os *Hippies*, atores principais do evento, provavelmente valorizarão positivamente os acontecimentos, colocando-os como o marco de uma nova era. A geração anterior poderá considerar o evento como um delírio juvenil, ou como uma época de conflito com seus filhos. É certo que nem todos os integrantes dos dois grupos se adequarão às representações descritas, mas mesmo que eles não se alinhem com elas, vão se esforçar para justificar para seus pares o porquê de não as adotarem.

O falar normal proporciona as razões (quer dizer os materiais e as formas) do que pode parecer sensato ao ciclo das gerações, respeitando os vínculos dos contextos e dos gêneros e, em conjunto, procedendo à eleição das palavras e das conexões. É neste parecer sensato que o

conjunto dos discursos determina a plausibilidade dos relatos... (Mininni, 2000, 309).

Duas questões relacionadas ao conceito de representações sociais devem ser destacadas. A primeira relaciona-se à concepção de uma cognição interna organizadora dos estímulos que vêm do mundo, no caso, as ideias. Se as ideias se estabelecessem por influência de outros e não por acordo com outros, o que se poderia investigar seria como é que essas ideias que vêm dos outros influenciam o sujeito, concebido como alguma coisa independente do mundo externo. Na perspectiva de Wittgenstein (1979), o sujeito não é influenciado pelas ideias de outros, mas estabelece acordos ou jogos com regras bem estabelecidas (gramaticais) com outros. O que se pode investigar, portanto, são essas regras ou estratégias, que revelarão as formas de pensar do grupo no qual o sujeito está inserido no momento em que “joga”.

O segundo problema dirige-se aos métodos de investigação. As pesquisas sobre representações sociais geralmente se direcionam para análise dos conteúdos do pensamento. São utilizadas técnicas de análise de conteúdo, ou mesmo de discurso, buscando sempre os conteúdos das falas. A esse respeito Moscovici (2000) alerta para o erro metodológico de apenas coletar os conteúdos das representações sociais e afirma que a investigação científica não se resume a isso.

Quando uma pessoa fala sobre suas concepções sobre determinado objeto social, ela o faz geralmente segundo estratégias retóricas, o conteúdo do que ela falou não pode evidenciar as condições que determinam as possibilidades de enunciação sobre algum objeto. Não é possível compreender a dinâmica do pensamento social sem a avaliação dessas estratégias formais. O conteúdo é importante, mas ele por si só não permite o acesso a aspectos organizadores das representações sociais, relevante aqui ressaltar que o termo é definido por Jodelet (1989, p. 36) como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais não são apenas conteúdos de pensamento "x" ou "y", mas uma forma de pensamento, que pressupõe uma organização específica. A análise de conteúdo ajuda a categorizar os temas levantados, mas não ajuda a compreender como esses temas são utilizados pelo sujeito quando ele age no mundo, ou seja, o "sentido" da ação do sujeito que fala. Os sentidos

da ação, mais do que os significados evocados na fala, podem revelar aspectos dinâmicos e, certamente, mais complexos de como as representações sociais constroem e reconstroem a realidade que indivíduos compartilham na sua prática social.

Moscovici (1978) luta por afastar-se de uma noção de representação tradicional, onde a representação é uma re-representação de algo do mundo natural, que impressionou uma mente como um carimbo (no sentido especular) e que não se modifica. É justamente em função de uma dinâmica do pensamento que varia intensamente por causa da proliferação de ideias legitimadas que ele justifica a diferenciação que faz entre as representações sociais e as representações coletivas de Durkheim. De modo que, se a representação é mutável e compartilhada socialmente, e é uma "forma" de conhecimento que contribui para a construção de uma realidade específica a um conjunto social, não é suficiente investigar esse objeto apenas através dos conteúdos explícitos das falas dos sujeitos, pois os sujeitos de diferentes grupos podem falar dos mesmos conteúdos, mas utilizando estratégias diferenciadas que determinarão ações e sentidos diversos.

Quem fala, fala para um auditório e por algum motivo. “Toda fala evoca significados e tem um sentido” (Castro, 2004, p. 46). O sentido do que é dito está intimamente vinculado ao falante, para quem ele fala e porque ele fala. Significados podem ser evocados sem menção a contextos e autores, mas o sentido é função do autor, do momento, do contexto, do auditório etc. Os conceitos de forma e conteúdo não destacam, ou mesmo mascaram, a diferenciação entre significados, temas e sentidos. A diferenciação entre os termos pode favorecer uma visão dinâmica dos processos de construção de sentido.

Sentido é definido por Spink (2000, 18) “como uma construção dialógica”. Ela se refere aos termos que, na dinâmica social, orientam as pessoas nas situações do cotidiano, como afirma a seguir:

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações a sua volta (SPINK, 2000, 41).

Significados compartilhados permitem ao falante recorrer a um rol de possibilidades de uso na situação de diálogo. Para um mesmo objeto social transitam diversos significados. Os sujeitos manipulam os significados dos objetos a partir de um repertório compartilhado com os grupos com os quais interage, mas o que define a melhor escolha é a própria situação de diálogo em que ele se encontra, mesmo que os significados sejam diferentes de uma atribuição dada anteriormente ou que vá ser dada posteriormente pelo mesmo sujeito. Quer dizer que um significado evocado por si só não expressa a intenção do sujeito ao evocá-lo. A evocação de um determinado significado numa enunciação indica que ele faz parte do repertório do sujeito sobre os significados disponíveis sobre os objetos sociais.

Na escrita japonesa, o ideograma para a ideia de “confusão” foi concebido por montagem a partir do ideograma para a ideia de “mulher”: dois ideogramas que significam mulher quando aparecem juntos passam a significar confusão. Processo análogo ao de concepção dos ideogramas ocorre na montagem de significados dos quais participam como elementos não só palavras, frases - elementos da linguagem em seu sentido estrito - mas também outros elementos, como gestos, presenças ou ausências, momento histórico etc. Dependendo de quem fala e para quem fala, onde e em que momento, a mesma fala pode ter diferentes sentidos, embora evocando os mesmos significados. Dessa forma, a busca dos sentidos de um discurso não prescinde da contextualização dos significados evocados, da identificação dos envolvidos na relação dialógica, mesmo que não presentes, e da situação de enunciação. O sentido que emerge da montagem de diferentes significados evocados é ainda direcionado pela intenção do locutor: de persuadir, de negar ou associar ideias, de culpar alguém etc.

O objeto de estudo das representações sociais pode ser enriquecido com o estudo das estratégias discursivas utilizadas por um grupo de pessoas em determinados contextos, sendo a linguagem um material privilegiado no que tange à investigação de uma dimensão diacrônica das representações sociais. Restringindo-se ao conteúdo de falas tem-se um resultado amplo, porém estático das representações sociais, numa dimensão sempre sincrônica do momento histórico, e que não dá acesso à estrutura e dinâmica cognitiva do grupo, ou seja, os possíveis usos contextuais que o sujeito faz dos objetos sociais que orientam suas práticas, aspecto que vem se mostrando cada vez mais

fundamental na investigação de representações sociais. A busca do sentido das falas coloca em realce o lugar da ação. A partir da investigação do sentido das falas pode-se ter acesso aos diferentes modos de organização cognitiva dos diversos grupos em relação aos diversos objetos sociais.

Moscovici (1978) declarou que as representações sociais são construções do pensamento moderno. Ele propôs a teoria das representações sociais objetivando estudar o "pensamento social", enfatizando a natureza social do pensamento e a importância do pensamento na vida social. A abordagem retórica não discute questões relativas ao pensamento. O que ela pontua é que o que se chama de "pensamento social" tem uma característica particular: tal pensamento é essencialmente retórico. Vista num sentido positivo no que diz respeito à lógica, a retórica se preocupa com as dimensões argumentativas desse pensamento, focalizando, sobretudo, o aspecto da intencionalidade da ação discursiva (Mazzotti, 2015).

Billig (1995) argumenta que as novas abordagens da retórica têm muito a contribuir para a investigação das representações sociais, pois o senso comum que a teoria tenta explicar é basicamente construído através da argumentação cotidiana sobre os novos objetos sociais, que cada vez mais aparecem no dia-a-dia das sociedades contemporâneas.

Hoje, a abordagem retórica sugere que as habilidades argumentativas são fundamentais para a compreensão do pensamento expresso pelos grupos sociais, porque, quando as pessoas pensam, elas estão explicita ou implicitamente argumentando com outros mais ou menos diferentes ou idênticos a si, ou consigo mesmas. Segundo Billig (1993), os teóricos das representações sociais não reconhecem a importância social e psicológica da argumentação, embora haja indicações de que este ponto é reconhecido por Moscovici (1987). O estudo da retórica, segundo Billig, pode auxiliar o estudo das representações sociais se alguns conceitos-chaves dessa teoria forem reavaliados de modo a serem ajustados à perspectiva retórica, pois a teoria das representações sociais não foi inicialmente formulada para especificamente lidar com as proposições das novas abordagens da retórica.

Outra concepção que aproxima as duas abordagens, segundo o autor, é a ênfase dada à comunicação e conseqüentemente à linguagem. Os teóricos das representações sociais procuram mostrar a importância da comunicação na gênese, manutenção e transformação das representações. Moscovici (1984a, p. 952) mesmo sugere que o ato de comunicação está integrado às representações sociais: "o termo representação deve ser reservado para uma categoria especial de conhecimento e crença, nomeadamente aquelas que surgem na comunicação". É através da comunicação que o conhecimento é transformado e "as representações sociais geralmente se instalam durante transformações desse tipo, tanto pela intervenção da comunicação de massa ou pelo ato de indivíduos" (*ibid.*, p. 964). Jodelet (1984, *apud.* Billig, 1993, p. 361) também liga a comunicação à natureza das representações sociais: "as representações sociais são modalidades de pensamento prático orientado em direção à comunicação, compreensão e ao domínio do ambiente social, material e ideal".

A argumentação teria como característica distintiva a negação. A capacidade de negar é colocada como a base do pensamento humano e sem a possibilidade de negação as deliberações seriam impossíveis.

Qualquer pensamento que pode ser categorizável é, portanto, potencialmente negável. Se ele pode ser categorizado, pode da mesma maneira ser particularizado, tratado como um caso incomum. Dessa forma, o pensamento social pode ser visto como potencialmente controverso.

A metáfora de uma âncora que está segurando um barco que se movimenta num mar não familiar, proposta por Moscovici, é adotada por Billig, mas com uma modificação essencial: a âncora poderia ser arrastada ou os marinheiros poderiam resolver sobre sua melhor colocação. O não familiar é o próprio foco de controvérsia. Existiriam argumentos favoráveis ou desfavoráveis sobre fixar ou não essa âncora, e de como se poderia fixá-la negociando com o mar não familiar. Para Billig (1993) isso significa que o não familiar não é facilmente ancorado, mas o dilema de como ancorar o não familiar pode levar para o debate sobre o significado das categorias nas quais o não familiar será inserido. O pensamento social não faz meramente ancorar não familiares particulares em categorias gerais, mas através da dialética entre particularização e

categorização, e entre justificação e crítica ele pode transformar suas próprias categorias. (49-50.)

É reconhecendo as tensões entre categorização e particularização que a abordagem das representações sociais pode evitar escorregar no tipo de determinismo social do qual quer escapar. Em consequência, o pensamento não seria visto em termos de um processo único no qual uma âncora é sempre arremessada em um padrão familiar do mar por marinheiros tímidos; a âncora também pode ser arrastada de modo que o navio possa navegar aventureiramente para adiante.

Existe um perigo na maneira pela qual a teoria das representações sociais caracteriza o senso comum moderno ou a moderna substituição do senso comum. Todos os pensamentos estão sendo vistos como possuindo um caráter similar, em que o mecanismo de objetivação está dominando os conteúdos da consciência moderna. A esse respeito, Billig argumenta,

... se esta linha de argumento é levada muito longe, e realmente mais longe do que está sendo levada pelos teóricos das representações sociais até o presente, então a teoria das representações deveria se aproximar com aquelas teorias de ideologia que Moscovici tem criticado. Teorias de ideologia apresentam uma imagem do indivíduo não pensante, para não mencionar a sociedade não pensante, quando assumem que ideologias são esquemas amplamente homogêneos. (Billig, 1993, 52)

A teoria das representações não está preocupada em demonstrar o que é comum nos pensamentos da mente moderna. Considerar explicitamente os termos contrários, e os elementos conflitantes, os quais são necessários para a argumentação e para o pensamento, acena para a possibilidade de uma especificidade sociocognitiva.

A perspectiva retórica insiste em que a argumentação se desenvolve sobre temas conflitantes e, em particular, sobre temas conflitantes no senso comum, "porque os conteúdos do senso comum, ou os lugares comuns do senso comum, podem ser conduzidos na oposição que o argumento retórico é possível" (Billig, 1993, p. 52). A discussão sobre ancoragem, segundo Billig, sugere que as formas opostas de pensamento são condições para a argumentação. Agora sugere que conteúdos opostos são também necessários. Considerando-se os argumentos entre grupos, a oposição pode ser entre conteúdos de diferentes sentidos comuns. No entanto, se estamos falando de

pensamento social, estamos falando de pensamentos, ou argumentos, em um grupo. Para isso ocorrer deve haver oposições nos sentidos comuns ou nas representações sociais.

Conseqüentemente, o ponto de partida para o entendimento do pensamento social está na suposição de que os elementos culturais da sociedade, os quais permitem o pensamento, devem estar em um confronto contínuo e dinâmico.

11

A teoria da Argumentação

Nossa sociedade ocidental culta traz como herança o sentimento de onipotência que faz com que nos consideremos modelo ideal de comparação com outras culturas diferentes de nós. Hoje, em função da "complexificação" das sociedades, o sentido de "cultura" está se modificando de forma a acompanhar essas transformações, permitindo identificar sob esta designação vários conjuntos sociais com características próprias, mesmo que estes convivam na mesma sociedade (Geertz, 1989). A ideia é que existe uma barreira quase intransponível no que diz respeito à comunicação entre determinados conjuntos sociais, que só poderá ser ultrapassada se levarmos em consideração a análise das diferenças das práticas e dos discursos desses sujeitos em seu próprio contexto de atuação.

Não se poderia entender toda a especificidade tanto das práticas como das próprias representações comuns desse grupo sem a identificação da lógica que rege as trocas sociais no seu interior. A teoria da argumentação de Perelman e Olbrech-Tyteca (1992) nos fornecem o instrumental adequado a esta tarefa, a partir do momento em que propõe uma análise do discurso do cotidiano.

A argumentação existe onde há controvérsias sobre determinado assunto, e os argumentos sempre serão a favor ou contra determinada tese. A argumentação ocorre quando se pretende exercer uma ação sobre um auditório, auditório considerado aqui como o conjunto de pessoas que o orador quer influenciar. Há necessidade, por outro lado, que esse auditório esteja disposto "a escutar, a sofrer a ação do orador, e isso a propósito de uma questão determinada" (Perelman, 1987, p. 235). Quando argumentamos, apostamos que o auditório possa compreender o que falamos e

adaptamos a forma do nosso discurso ao que nós pensamos que essas pessoas possam acreditar, a fim de ganharmos sua adesão. A comunicação, nesse sentido, funciona para influenciar um auditório. Se o orador não se faz compreender, dificilmente poderá obter a adesão desejada.

O que ocorre, no entanto, é que por mais que o orador conheça as expectativas, crenças e valores de seu auditório suas hipóteses são apenas hipóteses, ou seja, ele pode estar errado. Trata-se, portanto, de uma aproximação que varia conforme a distância entre o que é concebido pelo orador, como aceito pelo auditório e o que efetivamente é aceito por este. Essa distância é que especialmente dificulta a adesão quando se trata de grupos semióticos diferentes.

A possibilidade que essa teoria oferece é a de verificar quais argumentos são utilizados pelos sujeitos em defesa de suas ideias sobre determinado assunto. Nesses argumentos, estarão presentes acordos que fundamentam suas teses, que se baseiam em crenças, valores e expectativas relacionadas ao objeto em debate e ao que ele considera aceito pelo auditório, ideias que são compartilhadas ou não entre esses interlocutores, que se supõe apresentem elementos de suas representações sociais.

Os acordos como elementos das representações sociais

Moscovici (2003, p. 215) considera as representações sociais “um tipo de fenômeno cujo aspecto saliente conhecemos e cuja elaboração podemos perceber através de sua circulação através do discurso, que constitui seu vetor principal.”. Recentemente, afirmou que o discurso é fundamental para a análise das representações sociais, na medida em que “não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade. O lugar do linguístico na análise das representações sociais não pode, por conseguinte, ser evitado...” (*ibid.*, p. 219). Vai mais além quando lamenta a marginalidade que os processos linguísticos sofreram dentro do estudo da cognição:

Por várias razões, que estão relacionadas com as orientações dominantes na psicologia social, houve uma tendência de deixar na sombra uma das referências essenciais da teoria das representações sociais. Queremos dizer, sua referência à comunicação, à linguagem, em síntese, ao aspecto

discursivo do conhecimento elaborado em comum (Moscovici, 2003, 220).

Ele apresenta um esboço teórico considerando o discurso uma expressão observável dos particulares que podem ser generalizáveis para o coletivo. Ele tenta responder a seguinte questão: “Que instrumentos conceituais irão garantir uma generalização legítima dos fatos observados numa situação específica?” (*ibid.*, p. 221). Ou seja, como afirmar serem válidos para o coletivo o que advenha da observação de particulares?

Essa questão remonta teoricamente à construção de uma teoria que dê conta não só de identificar os conteúdos comuns de representações sociais, mas, principalmente, de como os grupos de sujeitos atribuem valores a esses conteúdos, como hierarquizam esses valores, como se servem desses para tomar decisões, quando mudam de ideia, como agem etc., ou ainda, como esses conteúdos são reconhecidos como legítimos pelo grupo. Como as interações entre um e outro – e entre outro e outro ainda – produzem algo que se pode identificar como comum. Metodologicamente traduz-se na possibilidade de apreensão do macro através do micro na forma do discurso particular dos sujeitos.

Moscovici (2003, p. 223) afirma que não se poderia compreender a extraordinária adaptabilidade da cognição humana se não admitíssemos que esses processos de adaptabilidade são elaborados a partir de um processo orientado na direção de temas comuns dos discursos.

... o exercício e desenvolvimento dessa cognição está concretamente fundamentado em processos permanentes de adaptabilidade, na forma de elaborações de conhecimento e organizado em termos de processos orientados na direção de temas comuns, tomados como a origem daquilo ao qual nos referimos cada vez, como conhecimento aceito ou mesmo ideias primárias. São essas ideias primárias que vêm instruir e motivar regimes sociais de discurso, o que significa que cada vez nós devemos adotar ideias comuns, ou ao menos dar conta delas.

A partir da reflexão do conceito de tema ou *themata*, Moscovici pretende resolver a questão da passagem do micro para o macrosociológico, identificando no discurso, os elementos que seriam característicos do pensamento comum. Esse conceito se refere a “uma regularidade de estilo, uma repetição seletiva de conteúdos que foram

criados pela sociedade e permanecem preservados pela sociedade” (MOSCOVICI, 2003, p. 224). Significa dizer que os temas se referem “às possibilidades de ação e experiências comuns que podem se tornar conscientes e integradas em ações e experiências passadas” (*ibid.*).

Mazzotti (2002) discute o conceito de *themata*, tal como concebido por Moscovici, e alerta que há uma indiferenciação entre o conceito de *themata* e o de lugar comum (*topói*) de Aristóteles. Para ele, seria mais produtivo metodologicamente separar os significados desses dois conceitos porque nem sempre o tema comum tem o mesmo significado para o orador no momento da enunciação. O que daria significado aos temas comuns seria o sentido do discurso (a intenção do orador), que se estruturaria a partir das metáforas utilizadas. Nesse caso, o mesmo tema comum poderia ser usado com diferentes sentidos quando associados às diferentes metáforas.

A metáfora concerne sempre uma comparação entre elementos de natureza distinta, mas que se assemelham por alguma particularidade. Desse modo, dizer que o olhar da águia é tão profundo como o oceano estabelece uma similaridade entre a distância que alcança o olhar da águia e a distância do fundo do oceano até a superfície. Na realidade, essa metáfora cria a sensação de imensidão nos dois casos. O sujeito pode recorrer ao oceano para dar ênfase à profundidade do olhar da águia.

A metáfora é considerada gramaticalmente uma figura de linguagem, que é utilizada para ornamentar um texto literário. Lakoff e Johnson (1980) afirmam ser a metáfora não apenas uma figura de linguagem, no sentido de desvio do sentido literal, mas uma figura de pensamento, ou seja, um recurso cognitivo que estrutura o discurso.

A metáfora pode ser empregada também, e realmente com muito mais frequência, com o objetivo de assimilar e acomodar algo novo em esquemas e estruturas cognitivas anteriores.) A metáfora é uma analogia condensada que pode ser usada no discurso para um dado objeto como “procedimento eficaz, tanto para desenvolver a sua crítica quanto para apreender os seus significados” (Oliveira; Mazzotti, 2000, 14). A metáfora “estabelece quais são os predicados próprios de um objeto, ‘sujeito da frase’, logo, é uma predicação” (*ibid.*). A metáfora ocupa lugar central na argumentação na medida em que tem grande poder persuasivo e organiza o pensamento coletivo.

Mazzotti (2002) afirma também que a identificação das metáforas é tarefa central para apreensão do núcleo figurativo das representações sociais.

As metáforas condensam e coordenam significados, logo, operam os núcleos das representações sociais, uma vez que estabelecem e agenciam os predicados e lugares comuns. Os *themata*, tal como definido por Holton e aceito por Moscovici e Vignaux, são lugares comuns (*topói koiná*) coordenados por alguma metáfora (...) um mesmo lugar comum tem significados diversos segundo a metáfora que o coordene (Mazzotti, 2002, 112).

A articulação feita entre a teoria das representações sociais e a teoria da argumentação, que pode ser estabelecida para a análise de representações sociais, consiste em buscar os acordos compartilhados por um determinado grupo específico, para verificar qual o estatuto das premissas que os constroem, utilizando como ferramenta a análise de implícitos. Acordos são as hipóteses nas quais o orador se baseia para organizar sua argumentação. É o que ele crê que seu interlocutor acredita. Classificam-se os acordos em acordos baseados no real ou baseados no preferível. Pressupõe-se que as teses defendidas nas falas que apresentam acordos baseados no real são aquelas que afirmam ideias mais arraigadas, reificadas e por isso traduzem os elementos mais estáveis das representações, aqueles capazes de direcionar o comportamentos e atitudes dos sujeitos em relação aos objetos sociais. Os acordos baseados no preferível podem identificar os elementos que funcionam condicionalmente em função da situação e do contexto em que os sujeitos estão inscritos. Essa articulação visa utilizar as técnicas argumentativas como ferramentas privilegiadas para a identificação de representações sociais, a partir do argumento de que essas abordagens se fundamentam no mesmo paradigma da construção social da realidade, além de terem muitos pontos comuns relativos aos conceitos que utilizam para descrever o funcionamento da dinâmica social.

As representações sociais de um grupo específico sempre servem para valorizar seus membros, mesmo que nas representações sociais de outro grupo os elementos evocados pelo primeiro sejam considerados negativamente. É o exemplo dos meninos de rua que se vangloriam de promover o terror nas pessoas. Para a sociedade, quem promove o terror é considerado bandido, sendo desvalorizado e mesmo excluído do

convívio social. Mas para os meninos, promover o terror os faz se sentirem com algum poder sobre a sociedade que os desvaloriza, mesmo que esse terror seja mais propagandeado do que realmente realizado por eles. No exemplo, a imagem “terror” tem significados distintos para os meninos de rua e para a sociedade.

Em contrapartida, a mesma imagem pode ser conceituada diferentemente pelos grupos. Um exemplo, tirado das falas de educadores pesquisados, é a metáfora utilizada pelos agentes educativos comparando analogicamente educação com uma casa em construção. Foram utilizados diferentes significados para a mesma imagem. A coordenação da escola justificou o fracasso escolar, dizendo que uma casa precisa de base, e essa base seria a família. Ou seja, a escola não funciona por causa das famílias pobres e carentes, que não tem condições adequadas para educar seus filhos. Já os professores da escola justificam essa ineficácia dizendo que o alicerce feito para construir um andar não sustenta dois, culpabilizando o poder público. Os diálogos estão analisados abaixo.

Metáfora da base da construção de uma casa.

Argumento dos professores

Mas essa falha está no começo...porque se você faz um alicerce para construir um andar e constrói dois, é lógico vai cair e é o que acontece (professor 1)

...tudo para mim vem da base...você não pode construir uma casa começando do telhado (...) e depois colocar a base... é a base da família, que não tem um emprego, que a concorrência é muito maior e um número muito limitado de vagas para você estudar e querer crescer em sua vida... tudo vem de uma base para que você possa crescer... (professor 2)

- ➔ Justificativa – Construção de uma casa sem alicerce = a casa cai
- ➔ Metáfora - alicerce fraco = família

Argumento da coordenação

Justificativa – Construção do telhado da casa sem a base = não constrói a casa

→ Metáfora - base inexistente = educação inexistente

Os exemplos mostram como a objetivação é realizada por uma mesma metáfora da casa, que serve aos dois grupos, porém com significados diferentes se adequando aos interesses distintos dos dois grupos, no caso, professores e coordenador. No caso, o conselheiro acusa a prefeitura. Em sua prática, ele vive a angústia de fiscalizar os direitos da criança e do adolescente, que deveria ter acesso à escola e não trabalhar no corte de cana, como ocorre em Campos, produtor de açúcar, mas esbarra com o poder público, que deveria possibilitar isso e não o faz. No caso da coordenadora, ela valoriza a educação, por ser pedagoga, e considera que a falta de acesso à educação é a principal responsável pelo fracasso escolar.

A análise de metáforas, como abordado por Lakoff e Johnson (2002), Castro e Bolite-Frant, (2011) e Mazzotti (2002) também são poderosas ferramentas de análise do discurso e, por isso, consideramos que também devam ser utilizadas na identificação de representações sociais. Nesse sentido, a contribuição desses autores que atualmente estudam esses processos metafóricos é a de estimular a construção de metodologias para este acesso, metodologias essas que já têm sido utilizadas para a análise de representações sociais, no âmbito da educação. Este empreendimento está em curso, mas já mostra resultados relevantes em sua aplicação.

Referências

- Bakhtin, M. (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Billig, M. (1996). *Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1994). Collective memory, ideology and the british royal family. In: Middleton, D.; Edwards, D. (1994) *Collective Remembering*. Londres: Sage Publications Ltd.

_____. Studying the thinking society: social representations, rhetoric, and attitudes. IN: Glynis M. Breakwell e David V. Canter (Org.). (1993). *Empirical approaches to social representations*. Oxford: Clarendon Press,

Castro, C. R. (2005). *A retórica em torno do estatuto da criança e do adolescente: um estudo sobre as representações sociais dos profissionais da assistência em campos dos goytacazes*. 213p. Tese de doutorado/UERJ, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

_____. (1998.) *“Aconteceu, aí eu deixei vir”*: a representação social da gravidez em meninas de rua. 166p. Dissertação de mestrado, Mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-Culturais/UERJ,

Castro, C. R.; Ribeiro, A. (1994). *A experiência do educador de rua: um estudo dos relatórios diários de dois educadores*. (mimeo), Rio de Janeiro.

Castro, M. R.; Bolite Frant, J. (2009). Um modelo para analisar registros de professores em contextos interativos de aprendizagem. *Revista Acta Scientiae*, 11, (1), 31-49 jan.

_____. (2011). *Modelo da Estratégia Argumentativa: análise da fala e de outros registros em contextos interativos de aprendizagem*. Curitiba: UFPR.

Castro, M. R. & al. (2004). O conceito de montagem para análise e compreensão do discurso. *Boletim Gepem*, Rio de Janeiro, 44, 43-62.

Castro, M. R. (1997). *Retóricas da rua: educador, criança e diálogos*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora.

_____. *O avesso da lógica: aspectos do ensino-aprendizagem na escola Tia Ciata*. 184p. Dissertação (Mestrado em Educação), IESAE, Rio de Janeiro, 1990.

Ducrot, O. (1991) *Dire et ne pas dire* : principes de sémantique linguistique. Paris : Hermann, éditeur des sciences et des arts.

Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Jodelet, D. (1989). Representations sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet, D. (ed.) - *Les representations sociales*. Paris: PUF.

Lakoff, G. E.; Johnson, M. (1980) *Metáforas da vida cotidiana*. SP: EDUC - PUC/ Campinas: Mercado das Letras Edições e Livraria, 2002.

Maingueneau, D. (1987). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/UNICAMP,

Mazzotti, T. *Núcleo figurativo: themata ou metáforas*. (2002). *Psicologia e educação*, 14/15, 105-114.

Oliveira, R. J.; Mazzotti, T. (2000). *Ciências da educação*. 1. ed. RJ: DP & A.

Mininni, G. (2000). Tal y como el discurso crea, la mente conserva. In: Rivero, A. Bellelli, G.; Bakhurst, D. (2000). *Memória colectiva e identidade nacional*. Madri: Editorial Biblioteca Nueva.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1984a). The myth of lonely paradigm. *Social Research*, 51, 939-967.

_____. The phenomenon of social representation. (1984b). In: Farr, R.; Moscovici, S. *Social representation*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Perelman, Ch. (1987). Argumentação. *Enciclopédia Einaldi, vol.II*, Imprensa Nacional. Casa da Moeda, Portugal.

_____. (1993). *O império retórico*. Portugal: Asa.

Perelman, Ch., Olbrech-Tyteca, L. (1992). *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Université de Bruxelles.

Plebe, A.; Emanuele, P. (1992). *Manual de retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

Spink, M. J. Org. (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: abordagens teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Wittgenstein, L. Wittgenstein. (1979). In: *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita - Abril Cultural.

